



ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM

ATA DA SESSÃO ESPECIAL VISANDO DEBATER O TEMA
"CATEGORIA DE BASE DE SETE A QUINZE ANOS NO
CAMPEONATO PARAENSE DE FUTEBOL", PROPOSTA
PELO VEREADOR LULU DAS COMUNIDADES.

Aos trinta e um dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém para a realização desta sessão especial a fim de discutir sobre a criação de uma categoria de base de sete a quinze anos de idade no Campeonato Paraense de Futebol. Inicialmente, a Mestra de Cerimônia deu as boas-vindas aos presentes e convidou a compor a Mesa os senhores: vereador Lulu das Comunidades, vereador Goleiro Vinicius, Ricardo Gluck Paul (presidente da Federação Paraense de Futebol – FPF), Carlos Augusto Lisboa da Silva (presidente do Maracanã Esporte Clube), Sinomar Dias Naves (representando a senhora Carla Carolina Quemel de Andrade - secretária municipal de Esporte, Juventude e Lazer) e Ricardo Lecheva (coordenador de Futebol do Paysandu Sport Club – PSC). Em seguida, a Mestra de Cerimônia convidou todos a ouvir, em atitude de respeito, o Hino Nacional Brasileiro. Após a execução do hino, o vereador Lulu das Comunidades abriu a sessão, assumindo em seguida a presidência da Mesa o vereador Goleiro Vinicius. Em seguida, Lulu das Comunidades subiu à tribuna e aludiu à proibição de organização do campeonato paraense das categorias de base no futebol e às dificuldades enfrentadas por outras equipes de futebol no Brasil para manter essas categorias. Destacou os aspectos positivos das escolas de futebol sobre as crianças e adolescentes, salientando que a maioria deles não recebe salário pela atividade. Enfatizou que nossos clubes não estão conseguindo cumprir as determinações do Ministério Público do Trabalho – MPT para a manutenção das categorias de base do futebol. Um aluno precisa passar por todas as séries inferiores até tornar-se um médico, um advogado ou outro profissional, comentou. Analogamente o mesmo ocorre com um jogador de futebol, pois precisa passar pelas categorias de base até tornar-se um jogador profissional, comparou, arguindo que dificultar o funcionamento das categorias de base equivale a impedir a formação de novos jogadores. Findo o seu pronunciamento, Lulu das Comunidades reassumiu a presidência da Mesa. Subiu depois à tribuna o vereador Goleiro Vinicius e confessou ter ficado surpreso com a proibição de realização de campeonato paraense de futebol das categorias de idade inferior a dezessete anos. Salientou que, antes de tal decisão ser tomada, deveria ter havido uma conversa com os clubes e demais segmentos envolvidos, pois os campeonatos são importantes para a formação dos futuros jogadores e a suspensão da competição frustra os menores e suas famílias. Por outro lado, os grandes clubes ofertam às crianças e adolescentes o serviço de psicólogos, de assistentes sociais e de odontologia, dentre outros, continuou. Contou ter participado das categorias de base do Vila Nova Futebol Clube, em Goiânia – GO, dos treze até os dezessete anos, avaliando que sem essa participação teria sido muito difícil tornar-se um jogador profissional. Defendeu o estabelecimento de um bom diálogo com o MPT para viabilizar o campeonato paraense de futebol para menores e permitir o desenvolvimento das categorias de base nos clubes baseado em um acompanhamento sério. Do contrário, prosseguiu, haverá prejuízos sociais para os jovens e suas famílias e perderemos bons jogadores. Assumiu a palavra posteriormente o senhor Sinomar Naves e expressou não saber o que baseou a decisão drástica do MPT de proibir a realização do campeonato paraense de futebol para menores de dezessete anos sem ter sido feita uma discussão com a sociedade, de maior amplitude, para que as pessoas fossem ouvidas. Sobrelevou a importância das divisões de base no futebol em todo o mundo, não apenas no Pará, e as dificuldades enfrentadas pelos clubes para mantê-las. Por meio do esporte, vidas podem ser transformadas, afirmou, expressando saber disso por experiência própria, pois o esporte e a educação ajudaram-no a transformar sua vida e a de sua família. Contou ter também vindo de divisões de base de futebol em Goiás, parabenizando os treinadores que atuam com jovens e adolescentes nos clubes e organizações sociais. Expressou que - como educador, treinador de futebol e ser humano - compreendia a preocupação de todos com a proibição determinada pelo MPT da realização de campeonatos de crianças e jovens até a idade de quinze anos. O esporte é

trabalhado em três dimensões – educacional, de formação e de alto rendimento – em qualquer clube, equipe ou organização social, sendo elas indissociáveis, discorreu. Tal discussão deve adquirir repercussão, gerando uma mobilização maior para que o MPT tenha o bom senso de entender que está prejudicando muito os jovens, pois eles têm no futebol uma possibilidade de mudança de vida e de construção de um futuro melhor, indicou. Como treinador, adicionou, teve a oportunidade de encaminhar centenas de jovens, colocando-os para atuar nas equipes. Notificou que a Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer - Sejel mantém há vários anos o projeto Escola de Esporte, com um pólo no Bairro da Sacramento, uma região carente de nossa cidade, com intervenção nas áreas de esporte e saúde. Findo este pronunciamento, o presidente Lulu das Comunidades convidou o ex-jogador de futebol Rogério Belém a também compor a Mesa. Este inicialmente subiu à tribuna e - como treinador e ex-jogador de futebol - julgou ser muito triste o que estava ocorrendo em nosso estado com as categorias de base, pois estávamos perdendo muitos talentos, muitos futuros atletas. Lamentou o fim das partidas preliminares no futebol paraense, pois serviam para o público conhecer os atletas das divisões de base. Reconheceu ser muito fácil que os jovens desviem-se, seguindo um caminho ruim ao invés de se desenvolverem profissionalmente no esporte. Externou, porém, confiar na capacidade de mobilização daqueles que defendem o crescimento das divisões de base no futebol e que o MPT mudaria seu posicionamento. Subiu em seguida à tribuna o senhor Carlos Augusto Lisboa da Silva e relatou ter também atuado como jogador profissional de futebol, passando pelas divisões de base, embora não tenha obtido o sucesso de seu filho, Yago Pikachu. Revelou ser policial militar aposentado, vaticinando que sem as categorias de base e sem os campeonatos de futebol para as faixas etárias menores de quinze anos, os garotos tendem a se perder, pois não há outras formas de esporte senão o futebol para tirar as crianças da criminalidade. Manifestou-se posteriormente o senhor Ricardo Lecheva e recordou ter conversado em dezembro do ano anterior com o vereador Lulu das Comunidades, contando-lhe então o problema que estavam enfrentando em relação às categorias de base do futebol, e ele assumiu a luta por essa causa. Afirmou também não saber a motivação para o MPT proibir a realização do campeonato paraense das categorias abaixo de dezessete anos, avaliando ter sido realmente uma medida drástica que alijou os jovens de ter um futuro profissional no esporte. Quando os filhos estão praticando esportes, os pais sabem que eles estão fazendo algo saudável, algo que pode agregar às suas vidas, pontuou. Como ex-atleta, atestou ter aprendido muito com o esporte, não apenas o jogo em si, mas também disciplina e educação para a vida. Trata-se então de uma questão muito mais ampla do que a possibilidade de um jovem tornar-se um atleta profissional de futebol, ponderou. Por outro lado, acrescentou, não se forma um atleta de excelência a partir dos dezessete anos e o MPT está, na prática, impedindo que os futuros atletas tenham uma qualidade maior. As categorias de base de dez até quinze anos de idade são fundamentais para a formação de atletas de alto nível, assegurou. É preciso que o MPT reveja essa decisão e ouça os clubes, os pais e os coordenadores de futebol para que possamos reverter essa situação, finalizou, atestando o apoio do Paysandu Sport Club a essa demanda. Subiu posteriormente à tribuna o jornalista Pedro Paulo Ribeiro e informou sobre o projeto denominado Garoto Bom de Bola e Bom na Escola, que tem entre suas principais finalidades formar cidadãos. O projeto existe há dez anos e funciona na Avenida Dalva, no Bairro da Marambaia, trabalhando atualmente com cinquenta garotos, complementou. Estes são geralmente crianças em situação de vulnerabilidade social, encontradas nas ruas. Após o contato inicial, buscaram-se informações sobre os menores, sobre suas famílias, e posteriormente eles são integrados ao projeto, retomou. A iniciativa é bancada por si mesmo, por sua esposa e sua nora, recebendo eventualmente algumas doações, participou, mas não aceita dinheiro, apenas coletes, bolas, lanches e outras coisas mais. Checam para saber o que fazem os pais e as notas dos garotos na escola. Pediu ao presidente da Federação Paraense de Futebol que visitasse os projetos que trabalham com o futebol para avaliar a possibilidade de formação de atletas e, principalmente, de ocupar bem o tempo dos garotos. Assumiu depois a palavra o advogado Rubens Neto e exprimiu que ao receber a demanda do vereador Lulu das Comunidades montou um grupo de trabalho para analisar a legislação e avaliar o que poderia ser feito. A Lei Pelé (Lei Federal nº 9615, de 24/03/1998), que estabelece as normas gerais sobre o desporto no Brasil, baseia-se no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990) para dar ao Ministério Público o poder de fiscalizar as atividades esportivas que envolvam crianças e adolescentes, indicou. Lamentou que o MPT não tivesse enviado representantes a esta sessão, a despeito dos convites feitos pela CMB. A análise feita da legislação mostrou não caber ao Ministério Público simplesmente proibir, mas sim fazer uma fiscalização direta das atividades desenvolvidas nas agremiações e entidades esportivas envolvendo menores, o que não ocorre, testificou. O MPT optou então pelo caminho mais fácil, que é a proibição, deduziu. Por outro lado, contrapôs, somente os clubes com alto poder aquisitivo conseguem cumprir a legislação. Enfatizou ser do interesse do poder público que os clubes e agremiações esportivas desenvolvam atividades com as crianças e adolescentes, tratando-se de um trabalho voltado para a sociedade, pois retira as crianças da rua,

encaminhando-as para a prática de esportes. Também é do interesse dos clubes, anuiu, pois no futuro elas podem vir a se tornar atletas profissionais. É fato que nenhum atleta se forma a partir dos dezesseis anos, assumiu, pois a grande maioria inicia a sua formação ainda na infância, a partir dos seis anos. No Pará, mesmo os grandes clubes não têm a estrutura necessária para desenvolver a formação de atletas a partir da infância, considerou, mas proibir não é solução. Ponderou não haver sentido em fazer a proibição e não chamar o poder público, o poder legislativo, os clubes e a FPF para dialogar e encaminhar uma solução. A partir do cenário atual, preconizou, deve ser iniciado um diálogo entre os vários atores, avaliando-se o que pode ser feito e realizando-se ações ou, pelo menos, deve ser estabelecido um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC enfocando pontos específicos, ao invés da proibição generalizada atualmente vigente. Subiu posteriormente à tribuna o senhor Ricardo Gluck Paul e expôs que seu filho, aos 14 anos, está na Seleção Brasileira Sub-16 de basquetebol, mora em Campinas em um alojamento e come marmitta. Teve que sair de Belém aos doze anos, indo a São Paulo para continuar a desenvolver-se como atleta, realizando atualmente cinquenta jogos por ano, complementou. Em comparação, os colegas talentosos de sua geração em Belém chegaram aos quinze anos com dez, doze jogos na carreira, tendo comprometido o seu futuro como atletas, ocorrendo o mesmo no futebol, pois os atletas chegam ao profissional tendo feito poucos jogos, adicionou. Os atletas de base devem chegar ao profissional com no mínimo cem jogos realizados, caso contrário não estarão maduros, estabeleceu. Criticou a gestão anterior da FPF dizendo que assistiram impassivelmente à judicialização das categorias de base e foram omissos. Julgou a proibição estabelecida pelo MPT um gigantesco equívoco, mas que foi conveniente para a FPF à época, pois retirava dela o encargo da realização dos campeonatos de futebol Sub-13 e Sub-15. É essencial aumentar a quantidade de competições, gerando um maior número de jogos, para permitir o investimento nos atletas das categorias de base, alegou, informando que a FPF criou neste ano a Copa Pará e regionalizou vários torneios, buscando fazer com que cada clube dispute 25 jogos anualmente. Por outro lado, reiterou, é necessário retirar a proibição de realização das competições envolvendo os atletas de idade inferior a 17 anos e a FPF busca dialogar com o MPT através de um escritório de advocacia e entrará com medidas judiciais visando o restabelecimento das categorias Sub-11, Sub-13 e Sub-15 e voltar a fazer as competições. Em consequência das restrições impostas pelo MPT, os atletas paraenses perderam valor de mercado, pois é sabido que têm pouca minutagem, pouco lastro, sendo menos interessantes do que antes para os empresários do futebol. Classificou como equivocada e fora de contexto o entendimento do MPT de que o atleta de base deve ser remunerado como um empregado porque contribui para o clube e fará a agremiação ganhar dinheiro, contrapondo que os demonstrativos financeiros dos clubes paraenses mostram não haver, há muito tempo, vendas de atletas de base. Ao contrário, postulou, a imensa maioria dos atletas de base deveria pagar para utilizar a estrutura dos clubes, pois estes funcionam como escolas, preparam para a vida. Os jovens que participam das categorias de base, em sua esmagadora maioria, não vão tornar-se atletas profissionais, ressaltou, vão se tornar cidadãos, recebendo educação e serviços nos clubes. O MPT precisa entender a relevância do trabalho social desenvolvido pelas agremiações esportivas e corrigir a visão distorcida que baseou a proibição imposta às categorias de base, advertiu. Subiu posteriormente à tribuna o pastor Sandro Rayol, coordenador do projeto Gerando Novos Talentos, e aludiu à falta de jogos dos garotos que fazem parte do projeto, expondo que a não realização do campeonato paraense das categorias de base faz com que outros torneios também não aconteçam. Independentemente do fato de uma criança ou adolescente vir a se tornar ou não um atleta profissional, os clubes e entidades investem na formação de cidadãos, afirmou. Assumiu depois a palavra o senhor Reginaldo Almeida, professor e diretor do projeto Futuros Atletas, no Bairro do Mangueirão. Explicitou que o projeto foi fundado há quatro anos objetivando tirar as crianças das ruas, sendo três delas já encaminhadas a clubes profissionais, uma ao Remo e duas ao Tapajós. Subiu à tribuna em seguida o senhor Manuel Ferreira e falou sobre a escolinha de futebol criada no Bairro do Bengui, que conta com o apoio de alguns vereadores desta Casa e hoje trabalha com 89 crianças. Atualmente participam de um torneio realizado no Bairro do Tenoné porque o campeonato do Bengui não é mais realizado e os campos do bairro não existem mais, reportou. Os que existiam foram tomados pela construção do Novo Mangueirão e estão inacessíveis às entidades, havendo somente uma arena permitindo jogos de sete contra sete, tornando-se difícil treinar nela 89 crianças, referiu. Ajuizou que sem a realização de jogos os alunos não obtêm formação e vão procurar jogar em outros bairros ou caem na marginalidade. Manifestou-se a seguir o senhor Márcio Barroso, coordenador do projeto T10, e disse que muitas das crianças cuidadas pelo projeto estão hoje fora de Belém, saindo daqui com doze anos em busca de melhores condições para se desenvolver. Muitos têm talento, mas não possuem condição de deixar nossa cidade e acabam não se desenvolvendo como esportistas porque não temos a organização das divisões de base capaz de proporcionar o amadurecimento desses atletas aqui, constatou. Reputou não ser aceitável que em outros estados existam categorias de base desde tenra idade e aqui isso não ocorra, devendo os futuros atletas iniciar a formação aos dezesseis ou dezessete

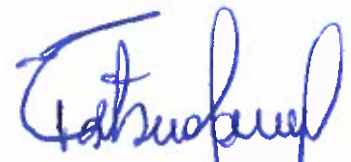
anos. A existência de categorias de base desde os oito anos de idade fortalece os clubes, pois dá maior capacitação aos atletas quando chegam ao profissional, frisou. Outro aspecto importante é o resgate social promovido pela atividade esportiva, pois retira crianças e adolescentes de situações de vulnerabilidade social, dando-lhes educação e noção de cidadania, e encaminha-os à vida em sociedade, aclarou. Assumiu depois a presidência da Mesa o vereador Goleiro Vinicius. Subiu então à tribuna o vereador Lulu das Comunidades e agradeceu a presença de todos, destacadamente os membros da Mesa. Estes formariam a comissão que compareceria perante o procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho, Sandoval Alves da Silva, em audiência onde pautariam todos os pontos levantados nesta sessão, inteirou. Reconheceu não se tratar de uma luta fácil, comunicando que, antes da referida audiência, haveria uma reunião entre todos os interessados para elaboração de uma minuta a ser entregue ao procurador-chefe, pedindo ao senhor Ricardo Gluck Paul que ela fosse realizada na sede da FPF. Sobrelevou a urgência de retomar os campeonatos das categorias de base de nosso futebol, pois estamos perdendo muitos jogadores que aqui poderiam fazer história, frisando ser necessário para tanto manter um bom diálogo com o MPT. Anunciou que a Comissão de Lazer e Desporto deste parlamento enviaria um documento ao MPT buscando sensibilizar o órgão para a situação difícil vivenciada pelo futebol paraense com as restrições impostas às categorias de base, pedindo aos clubes e entidades que fizessem o mesmo. Foram todos convidados a ouvir o Hino do Pará. Em seguida, o presidente encerrou a sessão, às onze horas e um minuto. Eu, segundo secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, no Palácio Augusto Meira Filho, dia 31 de maio de 2023.



1º Secretário



Presidente



2ª Secretário